

DIFICULDADES DO ALUNO COM BAIXA VISÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: UM OLHAR DOS ALUNOS DO PIBID/MATEMÁTICA

Luciana Maria de Souza MACEDO
Universidade Regional do Cariri – URCA
luc.macedo@yahoo.com.br

Maria Edna Gomes da SILVA
Universidade Regional do Cariri – URCA
edna2010able@gmail.com

Ozana da Silva ALENCAR
Universidade Regional do Cariri – URCA
ozanalencar1@hotmail.com

Eduardo Gomes ONOFRE – Orientador
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

RESUMO

Cogita-se com frequência a imprescindível tarefa de incluir todos na escola, mas como bem sabemos a inclusão escolar transcende o simples direito de matricular-se e ir à escola, abrange em seu contexto mais amplo a prerrogativa de ser um agente ativo no seu processo de ensino aprendizagem. Este trabalho é composto por relatos de experiências vivenciadas a partir do PIBID/Matemática/URCA na E.E.F. Prof. Dr. Mozart Cardoso de Alencar, localizada no município de Juazeiro do Norte-CE. Retrata a realidade de um aluno portador de baixa visão, que presentemente cursa o 6º ano. O que nos instigou a desenvolver atividades diferenciadas com este educando foi o anseio em auxiliá-lo a desenvolver plenamente seus inestimáveis potenciais, e simultaneamente mostrar que é possível e necessário incluir verdadeiramente. Propiciando subsídios para que o aluno veja-se como detentor de funções contundentes, cujas escolhas resultarão direta ou indiretamente no seu aprendizado, tendo como resultado final a aplicabilidade em sua vida cotidiana. Embora assegurado por lei, o direito de aprender é por vezes negado, seja em decorrência da falta de materiais de apoio-didático, ausência de formação eficaz para professores e núcleo gestor, ou simplesmente por negligência daqueles que assumem responsabilidades educacionais. Dessa forma, foram desenvolvidas metodologias de ensino voltadas para o desenvolvimento do raciocínio lógico, elaboração e execução de estratégias, aquisição de saberes matemáticos, dentre outras habilidades fundamentais. E no ensino foram apresentados materiais de apoio tanto ao aluno quanto a gestão escolar e professores. Sendo assim, objetivando êxito advindo desta intervenção é que este trabalho procede.

PALAVRAS-CHAVES: Ambiente Escolar; Baixa Visão; Dificuldades; Matemática

ABSTRACT

It is thought very often the essential task of including everyone in the school, but as we well know school inclusion transcends the simple right to enroll and attend school, covering in its wider context the privilege of being an active agent in its teaching learning process. This work consists of reports of experiences from PIBID / Mathematics / URCA at EEF Prof. Mozart Dr. Cardoso de Alencar, in the municipality of Juazeiro do Norte, CE. Portrays the reality of a student with a low vision who currently attends the 6th year. What prompted us to develop differentiated activities with this student was the desire to assist you to fully develop your potential priceless, and show that it is both possible and necessary to truly. Providing subsidies for the student to see himself as a forceful roles holder, whose choices will result directly and / or indirectly in their learning, with the ultimate result of the application in their everyday life. Although guaranteed by law, the right to learn is sometimes denied, either due to lack of material support-teaching, lack of effective training for teachers and managers, or simply through negligence core of those who assume educational responsibilities. Thus teaching methodologies focused on the development of logical reasoning, developing and implementing strategies, acquisition of mathematical knowledge, among other key skills were developed. And the opportunity to support both the student and the school management and teachers materials were presented. Thus, aiming arising success of this intervention is that this work proceeds.

KEY WORDS: School Environment; Low Vision; Difficulties; Mathematics.

INTRODUÇÃO

Dificuldades no decorrer da vida todos nós encontramos, mas para pessoas com algum tipo de deficiência, elas se tornam maiores. O nosso trabalho vem retratar o cotidiano escolar de uma criança com baixa visão, inserida na E.E.F. Prefeito Dr. Mozart Cardoso de Alencar na cidade de Juazeiro do Norte/CE, com suas dificuldades e seus desafios. O interesse pela temática surgiu a partir de uma conversa informal com uma professora da referida escola, onde ela apresentou uma exclusão do aluno em alguns projetos realizados no ambiente escolar, como por exemplo, o PIBID/Matemática.

Porém, sabemos que todas as crianças possuem o direito à educação e que cada uma possui características, habilidades, interesses e necessidades próprias para uma aprendizagem significativa.

A Cartilha da Inclusão – Direitos das pessoas com deficiência, trás claramente que:

Como qualquer cidadão, a pessoa com deficiência tem direito à educação pública e gratuita assegurada por lei, preferencialmente na rede regular de ensino e, se for o caso, à educação adaptada às suas

necessidades em escolas especiais, conforme estabelecido nos arts. 58 e seguintes da Lei Federal 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 24 do Decreto 3.298/99 e art. 2º da Lei 7.853/89. (GODOY et al, 2000, p. 20).

Entretanto, na prática muitas vezes isso não excede a superficialidade, a inclusão acaba sendo excludente, quando o professor prefere trilhar o caminho aparentemente mais simples para si, que consiste em excluir o aluno, e mesmo que despercebidamente acaba negligenciando o direito de aprender previsto por lei.

Segundo GODOY (2000) os alunos com deficiência devem ter os mesmos benefícios oferecidos aos demais, desde o material escolar a bolsas de estudo. O que nos assegura essa condição é o Decreto Federal 3.298/99, em seu art. 24, inciso V. Mesmo com as leis e os decretos é possível identificarmos as dificuldades que as pessoas com deficiência visual enfrentam, especialmente no ambiente escolar. É necessário respeito e que a escola como um todo assegure seus direitos, fazendo-se cumprir a lei.

É imprescindível que o núcleo gestor e professores façam uma leitura das leis e decretos e abram uma discussão sobre este tema abordado buscando atender as necessidades destes alunos e assim desenvolvam seu trabalho voltado para suas potencialidades.

As pessoas que possuem boa visão geralmente não percebem a gama de informações que recebem por meio desta ao adentrar determinado ambiente, como por exemplo, uma sala de aula. Neste contexto, inúmeros dados são imediatamente coletados, como por exemplo, a quantidade de pessoas presentes e quem são elas, a localização de objetos e suas finalidades, quais locais são mais ventilados, iluminados e espaçosos, dentre várias outras informações que propiciam o entendimento no que diz respeito a estrutura e organização do ambiente. Em contrapartida, para o deficiente visual o reconhecimento do meio acontece paulatinamente, sobretudo através dos sentidos que possui, os quais são perfeitamente desenvolvidos se comparados aos de outras pessoas ditas normais.

É interessante ressaltar que baixa visão difere de cegueira, pois a primeira consiste no comprometimento parcial da visão que persiste mesmo após a tentativa de correção, ocasiona desde a redução da acuidade (capacidade de visualizar os detalhes de uma imagem) até a redução do campo visual. Já a segunda caracteriza a perda total da visão, onde não é possível enxergar nem sequer a luminosidade. Em ambos os casos é comum a irritação dos olhos, dificuldade de ler a certa distância e de enxergar diante da claridade.

No primeiro dia de aula faz-se necessário que o professor ou algum outro funcionário da escola apresente ao aluno com deficiência o espaço físico que a compõe, a fim de que este se habitue ao meio e torne-se ciente dos empasses com os quais irá conviver, como por exemplo, degraus. Esta adaptação acontece por meio da memorização da quantidade de passos necessários para ir de um lugar a outro, bem como a direção a ser tomada.

Vale ressaltar que para evitar situações constrangedoras e até mesmo acidentes, os objetos devem estar sempre na mesma posição, no mesmo lugar, e em caso de eventuais alterações, o deficiente deve ser notificado previamente. Em relação à sala de aula e preferível que o aluno com deficiência visual sente-se próximo a porta e a lousa, pois como mencionado outrora, ele necessita contar mentalmente a quantidade de passos e memorizar a direção para que chegue onde deseja, e esta medida ainda se justifica por facilitar a visualização da escrita exposta na lousa.

A problemática que nos instigou a este estudo deslumbra-se no cotidiano escolar de uma criança com baixa visão. Realizamos uma pesquisa de caráter exploratório, através de diálogos informais com a direção da escola, professores e com o aluno. Objetivando retratar o caso particular deste estudante, e propor soluções alternativas que possibilitem a sua inclusão no âmbito escolar, em especial no projeto em que atuamos, (já mencionado anteriormente) e por fim na sociedade como um todo. Pois sabemos que é de suma importância que o aluno sinta-se um agente ativo no seu processo de ensino-aprendizagem para que desenvolva plenamente as habilidades necessárias ao longo da vida.

METODOLOGIA INVESTIGATIVA

Iniciamos o nosso trabalho através de um diálogo investigativo com a criança buscando informações relacionadas a sua história de vida, em casa, “na rua” e na escola. Durante este diálogo foram apresentados materiais de apoio para sua aprendizagem, como a reglete que é uma régua apropriada para a escrita em braille, e um punção com ponta metálica. O movimento de escrita é realizado da direita para a esquerda e a leitura da esquerda para a direita. Como na conversa informal alguns quesitos a respeito do problema visual do aluno não foram claramente esclarecidos, como por exemplo, a origem do problema, e os possíveis declínios, decidimos apresentar-lhes previamente o material já mencionado como uma medida facilitadora, caso o problema dele se agrave. Haja em vista que é mais fácil aprender a usar a reglete neste momento em que o aluno

está sendo alfabetizado, e possui uma visão ainda que subnormal. Outro material de apoio também apresentado foi a lupa, que tem a função de ampliar a imagem para melhor visualização, além de ser de fácil manuseio e baixo custo.

Ainda neste momento de diálogo foram feitas algumas indagações a respeito das maiores dificuldades encontradas na sala de aula com respeito a seu currículo escolar e constatou-se que o problema mais grave é no campo das ciências exatas, sobretudo a matemática. Incompreendida por muitos alunos, a matemática é rotulada e diretamente associada a fórmulas sem significado algum. O aluno relatou que sente dificuldade no estudo de gráficos e fórmulas que exigem esforço visual, disse ainda que não consegue captar elementos presentes em imagens (dados dos gráficos) e assim dificulta que as informações sejam processadas pelo cérebro e transformadas em conhecimentos.

Em conversas com os professores discutimos a necessidade de incluir todos na busca de aprendizagem, pois todas as pessoas têm sua particularidade, seus potenciais e suas dificuldades, e a importância de despertar habilidades em cada aluno, transformando-o em um produtor de seu próprio conhecimento. Propusemos que a melhor maneira de possibilitar a aprendizagem é despertar a curiosidade e o prazer em “conhecer o desconhecido”, e nada melhor do que utilizar metodologias que desenvolvam o encanto em aprender como são os jogos, pois esses desenvolvem a agilidade do raciocínio, cooperação, socialização, imaginação, planejamento, atenção entre outras idoneidades. Assim finalizamos o diálogo refletindo sobre a fala de FIALHO, quando afirma que:

A exploração do aspecto lúdico, pode se tornar uma técnica facilitadora na elaboração de conceitos, no reforço de conteúdos, na sociabilidade entre os alunos, na criatividade e no espírito de competição e cooperação, tornando esse processo transparente, ao ponto que o domínio sobre os objetivos propostos na obra seja assegurado (FIALHO, 2007, p. 16).

Diante dessa abordagem, resolvemos utilizar jogos que possibilitem a esse aluno com o qual estamos trabalhando, o aprendizado em matemática e a socialização do mesmo com seus colegas e professores. Assim reconstruímos três jogos que são utilizados em sala de aula, levando em consideração as suas necessidades, são esses:

Jogo da velha Tridimensional

A proposta desse jogo é assim como no jogo da velha tradicional formar uma trinca na horizontal, vertical ou diagonal, mas diferente da clássica as peças devem estar dispostas na sequência 1, 2 e 3 respectivamente. Como o tabuleiro é palpável o aluno

através do tato pode jogar com facilidade, além disso as peças são grandes e de cores diferentes. Assim todos os alunos, independente das necessidades podem participar e se socializar com os demais. Abaixo ilustramos o tabuleiro e as demais peças do jogo.



Figura 1: Jogo da Velha Tridimensional.
Fonte: Arquivo pessoal

Cubra 12

Esse jogo tem como objetivo estimular as habilidades dos alunos referentes à adição. Durante a confecção do jogo foi exposta a problemática do aluno com baixa visão, dessa forma, a confecção do mesmo procedeu considerando a necessidade visual deste aluno, de modo que, os números nos dados são perfurados para que com o tato o aluno possa diferenciá-los, e o tabuleiro é composto por numerais de 1 até 12, confeccionados em tamanho grande, e composto por fichas de cores diferentes. Essa atividade pode ser jogada por duas pessoas, sendo que se lançam dois dados e os números da face superior devem ser somados pelos alunos participantes, cobrindo (no tabuleiro) em seguida com as fichas os resultados obtidos. Veja a figura abaixo.

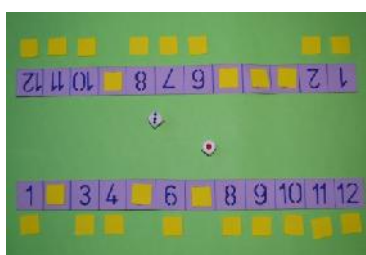


Figura 2: Jogo Cubra 12
Fonte: Arquivo pessoal

Corrida do Menos

A corrida do menos, objetiva estimular as aptidões pertinentes à subtração, as quais devem ser adquiridas pelo aluno, já que este cursa o 6º ano do Ensino Fundamental. Nesta atividade o aluno lança os dados, e realiza a subtração dos algarismos que são apresentados na face que está voltada para cima, e a resposta

corresponde indica justamente a quantidade de casas que o aluno deve avançar. Caso o aluno pare nas casas -2 e -3, deverá voltar a quantidade de casas correspondente. Vence o jogo aquele que primeiro estabelecer seu pino na chegada. O jogo foi adaptado de modo a suprir a necessidade do aluno, sendo os dados produzidos com perfurações para melhor discernimento entre os números e os pinos são de fácil manuseio por serem táteis.



Figura 3: Jogo Corrida do Menos.

Fonte: Arquivo pessoal

ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da conversa informal e da aplicação dos jogos, notou-se a importância da incluir pessoas com baixa visão em diversos contextos, sobretudo o escolar. Propiciar esclarecimentos para o aluno, núcleo gestor e professores, possibilita que a escola em sua sapiência seja um ambiente produtor e transmissor de conhecimentos, que cumpre fielmente os desígnios que lhes foram delegados, tornando-se um amparo para o aluno em todos os tempos, principalmente nos momentos de incertezas.

Através da amostra de materiais que podem ajudar no seu desenvolvimento escolar e social, o aluno mostrou-se curioso e interessado em aprender a utilizá-los, resultando na expectativa pela descoberta do mundo. Analogamente os jogos foram de suma importância para sua aprendizagem, pois ansiava praticar atividades que o envolvesse ativamente, além de ajudar na quebra de bloqueios que o discente tinha com relação a matemática, originando vínculos entre a aprendizagem adquirida na sala de aula e o seus saberes advindos do cotidiano. Deste modo concordamos com Paulo Freire (1996) quando diz que o aluno não é uma “folha em branco”, ou seja, todo aluno possui conhecimentos prévios que devem ser levados em consideração, explorados e aperfeiçoados visando torná-lo apto para a vida em sociedade.

CONCLUSÃO

O essencial ato de incluir deve ser característico das escolas, pois muito já se

falou disto ao longo da história humana, e, entretanto, na contemporaneidade em que vivemos ainda coabitamos com a exclusão daqueles que mesmo amparados por lei vivem às margens da sociedade. Deve também ser peculiar da escola o ato de possibilitar ao aluno a produção e aperfeiçoamento de conhecimentos, pois a responsabilidade na formação de um cidadão crítico é em parte sua. É preciso reverter o cenário das escolas que ainda são inapropriadas para ajudar o aluno na sua formação, é importante também formar e informar melhor os professores e gestores que por simples comodismo não buscam se aprimorar e criar métodos diferentes para a aprendizagem de alunos que necessitam de atenção especial. Ao professor cabe criar propostas que supram as necessidades que o aluno tem de aprender e ver o mundo através dos sentidos que possui, ele precisa manter o controle da turma, pois sabemos que existe o preconceito dentro da sala de aula. Cabe a ele orientar e agir de modo a quebrar esses paradigmas que tanto retrocedem o ensino, fazendo o aluno sentir-se retraído quanto aos demais e incapaz de aprender, ocasionando muitas vezes na desistência e evasão escolar.

Sabemos das dificuldades encontradas por portadores de necessidades especiais, e que devemos participar ativamente das discussões de leis e decretos que ajudam na superação desses obstáculos impostos muitas vezes pela própria sociedade. O ensino e os demais direitos no geral devem ser para todos e de todos, ou seja, a construção do ambiente em que vivemos deve ser livre de preconceitos. Mas esses somente serão vencidos se escola e sociedade trabalharem juntas em prol de melhorias. Ressaltamos ainda que o resultado obtido a partir do trabalho sobre baixa visão foi satisfatório, na medida em que proporcionou tanto o aprendizado quanto a inclusão.

BIBLIOGRAFIA

Cartilha da inclusão dos direitos da pessoa com deficiência/autores. Andréa Godoy...[et al.]. – Belo Horizonte: PUC Minas, 2000. (96p.)

Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção – na área das necessidades educativas especiais. UNESCO, 1994.

FIALHO, Neusa Nogueira. *Jogos no Ensino de Química e Biologia*. Curitiba: IBPEX, 2007.

FREIRE, P. *A Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. 21ª

Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 168 p. (Coleção Leitura).